

CINISMO E FALÊNCIA DA CRÍTICA

De: Vladimir Safatle

Cinismo e Falência da Crítica. São Paulo: Boitempo, 2008.

Por: DAVID MORENO MONTENEGRO

Cientista Social, mestrando em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC), bolsista do CNPQ. Pesquisador do Centro de Estudos do Trabalho e Ontologia do Ser Social (CETROS). E-mail: david_careca@yahoo.com.br

O poder da dialética hegeliana aliada a uma sólida base teórica psicanalítica – de orientação lacaniana –, além de um rigoroso resgate das reflexões adornianas sobre a ideologia, constituem as armas duma poderosa crítica, elaborada por Vladimir Safatle, desferida contra os processos de racionalidade entendidos como estruturadores de valores e critérios normativos de julgamento, intersubjetivamente partilhados, nas sociedades capitalistas contemporâneas. Em *Cinismo e Falência da Crítica*, o autor ocupou-se em expor os impasses gerados pelas transformações capitalistas, quando da necessidade imperiosa do sistema em legitimar-se, nas mais variadas esferas da vida social, com a peculiaridade de promover uma ironização de seus próprios pressupostos legitimadores que se ancoram numa *racionalidade cínica*. O cinismo, portanto, é considerado pelo autor categoria fundamental para se compreender de que maneira, nas sociedades capitalistas “pós-ideológicas”, é possível perceber a legitimação de práticas e condutas que parecem subverter seus princípios normativos orientadores sem, contudo, implicar desagregação dos vários processos de socialização.

No primeiro ensaio, *Dialética, Ironia e Cinismo*, Safatle recupera discussão realizada por Hegel, em seu monumental *Fenomenologia do Espírito*,

a respeito do embate entre a dialética e a ironia romântica. Trata-se, inicialmente, de estabelecer os limites e zonas de interdeterminação conceitual entre estas noções que guardam relevantes momentos de aproximação e afastamento. Em épocas em que os sujeitos são confrontados com realidades históricas em crise de legitimação, ou seja, incapazes de responder às expectativas de validade com aspirações universalizantes, mas que não contam com uma nova estrutura de legalidade, estão dadas as condições materiais propícias ao aparecimento das formas irônicas.

Entretanto, apesar de a dialética e a ironia compartilharem a característica de serem modos de enunciação e apresentação da contradição entre efetividade e conceito, ação prática e enunciado valorativo, na condição de formas privilegiadas de estetização de sujeitos não-substanciais, afastam-se na medida em que a ironia, ao fim e ao cabo, apenas pode produzir uma certa *ironização geral das condutas*, figura mesmo da perpetuação da crise de legitimidade que conserva no interior das esferas sociais de valores aquilo que não mais possui legitimidade, promovendo uma redução da dimensão dos fenômenos a um *jogo negativo de aparências*. Ao contrário, a dialética deve comportar capacidade de negação que possa deslindar o

processo de não-adequação entre o ser do sujeito e os objetos da dimensão do empírico sem, contudo, saturar o ser do sujeito no interior do campo fenomenal. Assim, o jogo da “subjetividade irônica prenuncia o advento de uma subjetividade flexível, pensada fundamentalmente como jogo de máscaras e fragilização de identidades fixas” (SAFATLE, 2008, p. 41). Na esteira do que preconizou a recuperação da ironia pelo romantismo alemão, antevista por Hegel, como estetização de um processo mais geral de intersubjetividade das aspirações da modernidade, estariam lançadas as bases do que contemporaneamente Safatle compreende por racionalidade cínica, caracterizada pela intersubjetividade dos modos de indexação entre critérios normativos e conseqüências da ação. Desse modo, numa época caracterizada por uma consciência compartilhada da desagregação da substância normativa social, porém que impõe exigências de autenticidade ao agir individual dos sujeitos, torna-se mais claro um processo de indeterminação constante estetizada sob a forma da ironização.

Em *Was ist Zynismus?*, já pressupondo todo o percurso filosófico realizado no primeiro ensaio, o autor desenvolve argumento que subverte a noção clássica a respeito dos fenômenos da alienação e da falsa consciência, mormente, quando tomados como pressupostos para a compreensão dos significados objetivos da ação dos sujeitos, em um claro esforço em conjugar crítica social e crítica da razão. Numa perspectiva “clássica”, na medida em que o conhecimento mais profundo das reais estruturas que determinam a reprodução da vida material dos indivíduos não pode ser apreendido em sua complexidade prescrita nas várias esferas de valores da vida social num dado momento histórico, engendra-se uma situação de relações

sociais marcadas pela reificação, recobertas ainda por um véu ideológico que impediria os sujeitos de vislumbrarem uma estrutura marcada pela essencialidade, uma vez que a ideologia é pensada como recalçamento de seus próprios pressupostos, o que representaria um óbice ao movimento de passagem da aparência para a essência.

Entretanto, o processo de recalçamento operado pela ideologia, no sentido de encobrir seus pressupostos como forma de garantir a efetividade e legitimidade de suas postulações, estaria em declínio na sociedade contemporânea na medida em que “o poder não teme a crítica que desvela o mecanismo ideológico (...) porque aprendeu a rir de si mesmo” (SAFATLE, 2008, p. 69), procedimento que lhe permitiu, mesmo tendo seu segredo profanado, continuar a exercer seu domínio sobre os destinos das ações dos sujeitos. Desse modo, estaríamos diante de “sociedades que aparentemente não fariam mais apelos à reificação de metanarrativas teleológicas enquanto fundamento para processos de legitimação e validade de estruturas da ação racional” (SAFATLE, 2008, p. 69). Assim, o cinismo é apresentado como disposição de conduta e valoração capaz de promover significativa estabilidade e interação mesmo em situações de anomia, “uma contradição posta que é, ao mesmo tempo, contradição resolvida” (SAFATLE, 2008, p. 84).

Estaríamos, por assim dizer, diante de certa patologia social presente no interior de nossas formas de vida e ligada a um processo de generalização de estruturas normativas duais? Tentando encontrar resposta a esta indagação, nos diz Safatle:

Talvez estejamos tão acostumados a compreender racionalidade como normatividade que nos espantamos com situações nas quais o acordo intersubjetivo em relação a

critérios e valores não nos leve a um acordo em relação aos modos de aplicá-los ou, ao menos, a maneiras de retirar a ambigüidade de sua aplicação (2008, p. 79).

É nesse terreno em que a racionalidade cínica passa a constituir forma fundamental de exteriorização das estruturas normativas, que integram as dinâmicas de racionalização em operação nas múltiplas esferas de interação social no capitalismo contemporâneo. Assim, segundo o autor, o cinismo torna-se

(...) um problema geral referente à mutação nas estruturas de racionalidade em operação na dimensão da práxis. Há um modo cínico de funcionamento dessas estruturas que aparece normalmente em épocas e sociedades em processo de crise de legitimação, de erosão da substancialidade normativa da vida social (SAFATLE, 2008, p. 13).

Nesse sentido, o cinismo como elemento enunciativo que orienta a práxis age desestabilizando a tão buscada integração coerente entre os critérios normativos que aspiram à validade universal e as situações e casos concretos que pareceriam não se submeter a tais valores e critérios na dimensão concreta cotidiana. Com o cinismo tomado como estrutura racionalizadora de certa práxis social, vislumbra-se a possibilidade de demonstrar que condições transcendentais normativas de julgamento podem ser seguidas, mesmo quando suas designações “normais” possam ser invertidas sem, contudo, levar às últimas conseqüências a contradição entre julgamento e ato. Assim, o cinismo opera certa torção da lei, reduzindo drasticamente a força perlocucionária do enunciado da norma, sem que este processo inviabilize a aplicação, em última instância, de seu poder prescricionário.

Em “Sobre um riso que não reconcilia”, Safatle procede a uma discussão mais aprofundada a respeito dos contornos desta *nova* ideologia capaz de fornecer um instrumental teórico para se pensar as contemporâneas formas de legitimação da ação nas sociedades “pós-ideológicas”. Ora, tomando como pressuposto a fundamental *transformação* de um sistema socioeconômico, que se estruturava sobre um processo de encobrimento do caráter fetichista de determinação do valor, em todas as esferas da vida social – impossibilitado de assumir sua verdadeira natureza encoberta pelo véu da ideologia, responsável por recalcar seus próprios pressupostos – aponta para a necessidade de se pensar as novas formas de manifestação da ideologia, na medida em que o capitalismo se revela agora reprodutor de posturas orientadas por uma racionalidade cínica que, em suas práticas de conduta, passou a não exigir qualquer tipo de fidelidade a seus próprios conteúdos normativos apresentados. É em Adorno que Safatle encontra seu interlocutor privilegiado, por identificar em suas reflexões uma inclinação a perceber o fenômeno da ideologia, não a partir de uma investigação que buscasse refutar teses por meio de uma análise da coerência de enunciados ou mesmo pela identificação de contradições performativas, mas sim “através da análise das disposições de conduta que a ideologia pretende produzir nos sujeitos” (SAFATLE, 2008, p. 99), concluindo, dessa forma, pela necessidade imperiosa de se “compreender que forma de vida esse discurso ideológico pressupõe” (SAFATLE, 2008, p. 99).

Portanto, o autor reconhece as sociedades “pós-ideológicas” como espaços *per excellence* de difusão de construções ideológicas que, não obstante continuem sendo usadas de forma recorrente na legitimação e justificação de condutas e valores sociais, atuam,

contemporaneamente, como construções que se manifestam *sob a forma da ironia*. Não por outro motivo, ao analisar as formas hodiernas de identificação dos sujeitos com os vínculos sociais, atesta que esse processo é marcado pelo advento das *identificações irônicas*, na medida em que os indivíduos não mais são chamados a identificar-se com tipos ideais caracterizados por identidades fixas e determinadas, mas, ao contrário, a todo momento, são convocados a atestar sua distância em relação aos papéis sociais que representam ou mesmo às suas próprias ações que desempenham, rejeitando o que poderia vir a se constituir como engajamento ou certa ética da convicção.

Essa peculiar forma de identificação irônica dos sujeitos aos papéis sociais que representam chega, talvez, ao seu clímax no ensaio “Sexo, simulacro e políticas da paródia”. A partir de uma análise das práticas “subversivas” da norma, tematizadas por Deleuze (masoquismo, fetichismo), Butler (processos de desorientação da diferença binária de sexos) e Agamben (ação política profanadora), as dimensões do corpo e do sexual são discutidas como manifestações que vêm atestar como nossa época desenvolveu “dispositivos disciplinares que são subjetivados de maneira paródica por procurarem levar sujeitos a constituírem sexualidades e economias libidinais que absorvem, ao mesmo tempo, o código e sua negação, a norma e sua transgressão” (SAFATLE, 2008, p. 175), constituindo a paródia, neste íterim, a própria lógica de funcionamento dos dispositivos disciplinares da biopolítica contemporânea. A despeito, entretanto, das elaborações desses autores sobre um suposto poder disruptivo do desejo que nasce da possibilidade de ressignificação de seus fantasmas, como via de proporcionar ao campo político as forças que lhe faltam para romper com

os fantasmas que o colonizam, Safatle propõe a construção de uma política ascética, que exclua do centro de poder o corpo e o sexo, de modo a

(...) afirmar que o poder nada pode dizer sobre eles, que a política nada pode dizer sobre eles. Uma ausência de palavras que mostra como sexo e o corpo são liberados quando eles são postos em um regime de indiferença em relação à diferença. Quando essa indiferença for alcançada, a economia libidinal que hoje é a mola da política poderá ser desativada (SAFATLE, 2008, p. 177).

No capítulo “Por uma crítica da economia libidinal”, a partir de uma leitura psicanalítica, orientada pelas noções de individuação e socialização lacanianas, Safatle parte para uma análise em que identifica mudanças fundamentais em relação aos modos de inscrição contemporâneos da socialização do desejo e constituição das sexualidades que não mais ocorrem nos moldes prescritos pela teoria freudiana clássica do supereu, ancorada na noção de recalamento e repressão. Em seu lugar, a *incitação e administração do gozo* se transformariam na mola propulsora da economia libidinal da sociedade de consumo, que se caracterizaria por processos de socialização não mais vinculados aos desígnios da repressão, em virtude das profundas modificações operadas na função paterna e processos de identificação social. Isto tornou possível certa hegemonização de comportamentos perversos (não compreendidos somente como estruturas nosográficas, portadoras de certos desvios) que promoveriam socializações vinculadas de modo peculiar à lei, uma vez que não reconheceriam, nesta, fundamentos substanciais de suas expectativas normativas capazes de estruturação do campo da sexualidade e do núcleo familiar, comportando,

portanto, a conformação de estruturas duais, de orientação e estruturação dos desejos.

No campo do trabalho, temos um verdadeiro esgotamento da ética do trabalho (Weber) “com suas noções de ascetismo, repressão do prazer polimórfico e de estabilidade de funções, que produz uma fixidez identitária no interior do mundo do trabalho” (SAFATLE, 2008, p. 22). O advento da era da flexibilidade não altera apenas o comportamento dos indivíduos ao realizarem atividades de trabalho ou estabelecerem elos de organização. Também estende seus tentáculos sobre as formas contemporâneas de regulação e fruição do tempo de trabalho e tempo “livre” (ócio) e o estabelecimento de referências identificatórias (estas apresentando cada vez maior fragilidade), num contexto marcado por uma aceleração sem precedentes da produção e circulação de mercadorias. Consolida-se o famigerado “mundo do consumo”. Encontram-se, pois, instituições normativas próprias de uma sociedade disciplinar, mas trazendo em seu bojo dispositivos de controle que absorvem a multiplicidade e a flexibilização, pois “a aspiração à flexibilidade de identidade e à multiplicidade de atividades acopla-se perfeitamente à plasticidade dos modos de ser disponibilizados pela mercadoria” (SAFATLE, 2008, p. 24). Dessa forma, ao tempo em que se assistimos à construção de sujeitos cada vez mais comprometidos com uma racionalidade construída sob a ótica do trabalho, vemos, por outro lado, em curso, uma espécie de processo de anulação paradoxal de contradições e amaciamento de conflitos que se alinham a uma racionalidade dual, característica das sociedades capitalistas contemporâneas, uma espécie de “ontogênese das capacidades práticas dos sujeitos em formas de vida organizadas a partir de uma racionalidade cínica” (SAFATLE, 2008, p. 24).

No último ensaio, “O esgotamento da forma crítica como valor estético”, Safatle procura desvendar um processo em curso, interpretado como falência da forma crítica no plano estético, em função do advento de certa estetização da razão cínica. Partindo de uma análise que busca recuperar os fundamentos do esquema hegemônico de determinação da forma crítica, expoente maior do modernismo, apresenta como pilar do processo de constituição da estrutura da arte moderna sua capacidade de erguer-se através da “estetização da distância que devemos tomar em relação às organizações, aos processos, às representações e aos valores que aparecem de maneira naturalizada [mimetizada] na realidade social” (SAFATLE, 2008, p.180). A arte moderna deveria ser capaz de organizar-se a partir de um afastamento da realidade social naturalizada, negando a incidência de processos miméticos como forma de habilitação a postar-se de modo crítico aos processos de fetichização.

Identificando o campo musical como privilegiado, devido à significativa contribuição, no campo das artes, concernente à racionalização de seu material constitutivo e autonomização da forma e de suas expectativas construtivas legadas a outras esferas da estruturação estética, o autor discute os atuais processos de criação artística, marcados por reducionismos da variabilidade qualitativa dos gêneros sonoros a *imagens sonoras*, utilização de clichês e processos de colagem, reveladores de um ecletismo supostamente não-paradoxal (presentes nas obras de John Adams, Thomas Adès, entre outros), resíduos do que, na música, caracterizou-se por um revigoramento de noções criativas ancoradas no tonalismo e pulsação regular, fenômeno semelhante ao que ocorreu com as artes visuais, na segunda metade do século XX, com seu retorno à mimesis.

Desse modo, através do retorno a um tonalismo outrora virulentamente criticado, movimento chamado pelo autor de *novo tonalismo*, o que se vê é um processo de revitalização de um padrão de criação estético, no campo musical, que já deu provas de seu esgotamento sócio-histórico, frente à sua impotência em se legitimar como fundamento organizador de tonalidades funcionais e de progressão harmônica de maneira segura, uma vez consolidada a emancipação da dissonância nos processos de criação musical. A despeito dos elementos estruturadores duma racionalidade da forma crítica, *através de protocolos de autonomização reflexiva da forma* (SAFATLE, 2008, p.195), fornecidos pela música no século XX ao campo das artes, as evidências deste retorno material a formas esgotadas de representação estética revelariam os elementos denunciadores da falência

de tal racionalidade, por meio de um tratamento paródico do que se coloca como *aparência estética*.

A forma paródica seria sintoma de uma ideologia que se apresenta como ideologia da ironização, na medida em que, ao invés de se mostrar como uma crítica da aparência reificada por meio de uma visão da totalidade da estrutura, organiza-se de modo a submeter todo o seu material constitutivo a um *princípio de estilização*. Assim, valores que integrados ao ideário moderno seriam capazes de produzir obras em condição de criticar materiais e processos de produção artísticos reificados, abandonam esta possibilidade compondo-se destes mesmos materiais, através de sua ironização, produzindo, dessa maneira, uma paradoxal distorção performativa. Aqui, “mesmo o informe pode servir para sustentar uma ordem que vigora por meio de sua própria descrença” (SAFATLE, 2008, p. 200).